

# Corte de incentivos irrita deputados

CÉSAR FELÍCIO

BRASÍLIA— Os parlamentares estão muito mais preocupados com o corte de incentivos regionais do que com o aumento do imposto de renda da pessoa física. “O aumento do imposto de renda atinge as pessoas de forma difusa. Os beneficiários dos incentivos fiscais têm rosto, endereço e telefone conhecido dos parlamentares”, disse ontem o relator da MP na Comissão Mista, deputado Roberto Brant (PSDB-MG), que ouviu ontem muitas queixas contra a MP, inclusive do líder do governo no Senado, Elcio Álvares (PFL-ES).

Assim como Roberto Brant, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, também tiraram o dia de ontem para ouvir as reclamações dos políticos sobre o pacote fiscal. Mas não cederam um milímetro nas medidas já anunciadas. Sobre a proposta do PFL de taxar os ganhos do mercado financeiro, Everardo disse que “é muito superficial e pouco amadurecida para se tirar qualquer conclusão”. Ficou acertado um novo encontro

entre o secretário e representantes do PFL na próxima terça-feira.

O líder do governo, Elcio Álvares, foi a Brant protestar contra o artigo 31 da MP, que atinge o porto de Vitória, transferindo das tradings para as montadoras a cobrança do IPI sobre veículos importados. Isso esvazia a arrecadação do porto da capital. “Vitória está parando”, queixou-se.

**União das bancadas** — O governo continua enfrentando o tiroteio cerrado da bancada amazônica, que quer retirar a Zona Franca de Manaus dos cortes, dos parlamentares do Nordeste, que querem a manutenção das regras atuais do FINOR, e dos congressistas ligados à área cultural, que desejam que a lei dos incentivos fiscais no setor não seja alterada. “As bancadas atingidas vão se unir, e aí vai ser difícil para o governo”, ameaçou o senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Diante das resistências, Brant tirou o pé do acelerador e admitiu que dificilmente a MP será votada pela Comissão até segunda-feira, como dispõe o regimento. “Se não houver consenso, apresento o parecer em plenário. Não se pode vo-

tar a MP neste clima”, afirmou. O relator continua insistindo em aprovar a medida como está, mas reconhece que “a realidade política é que irá determinar se isto será possível ou não”.

O deputado mineiro descartou a proposta do PFL, encaminhada à área econômica pelo próprio líder do governo na Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), de se taxar mais fortemente o capital, inclusive tributando os depósitos em poupança acima de R\$ 100 mil. “A proposta de taxação sobre o capital acaba não funcionando porque desestimula a poupança e incentiva o consumo”.

**Benefícios imutáveis** — Dentro da luta do Congresso contra o corte linear dos incentivos, os parlamentares do Amazonas é que estão exercendo a mais forte pressão. Depois de passar quase toda a semana passada em Brasília, o governador do Estado, Amazonino Mendes (PFL), voltou à carga ontem com oito pareceres jurídicos pela inconstitucionalidade da MP em mãos. “Se o governo não ceder, vamos recorrer ao STF”, garantiu. O argumento dos pareceres é que os benefícios da Zona Franca até o ano 2.013 constam das disposi-

ções transitórias da Constituição e não podem ser mudados.

Amazonino esteve ontem com Pedro Malan e com o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, enquanto o secretário Everardo Maciel se reuniu com parlamentares do PFL. Everardo disse que o governo poderia estudar uma redução escalonada dos incentivos para a Zona Franca. O governador sinalizou que poderá aceitar um acordo.

Como a mudança no caso da Zona Franca pode terminar no STF, já se acredita no Congresso que pelo menos neste ponto o governo irá ceder. “Nós iremos escapar. Já o Nordeste irá morrer de fome e sede”, vaticinou o senador Gilberto Miranda (PFL-AM), que acredita que os cortes nos incentivos regionais do FINOR vão permanecer.

A pressão vem de todos os lados. Para preservar os incentivos das indústrias que investem em ciência e tecnologia, por exemplo, ela parte do próprio presidente da Comissão, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), que é o presidente da Confederação Nacional da Indústria e apresentou 12 emendas.